

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARTOGRAFIA COLONIAL DO BRASIL: CATEGORIAS TIPOLÓGICAS

CONSIDERACIONES SOBRE LA CARTOGRAFIA COLONIAL DE BRASIL: CATEGORIAS TIPOLOGICAS

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa¹

Leny Caselli Anzai²

RESUMO: A produção cartográfica do período colonial do Brasil foi de suma importância para condensar e informar o conhecimento geográfico sobre as possessões portuguesas na América, o que subsidiou o direcionamento e a sustentação das políticas da Coroa Portuguesa voltadas para a exploração econômica, efetiva ocupação da terra e expansão dos limites territoriais coloniais. A diversidade dos documentos cartográficos produzidos nesse período, decorrente dos diferentes objetivos de elaboração desses mapas, do nível de detalhamento das informações mapeadas e da própria forma de apresentação, permitiu a identificação de quatro categorias tipológicas, que são caracterizadas e discutidas neste artigo: mapas exploratórios de reconhecimento; mapas exploratórios para ocupação e defesa; mapas de afirmação da posse da terra; e mapas de expansão das fronteiras.

Palavras-chave: Cartografia Colonial. Brasil Colônia. Mapas.

1 Professora da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Geografia. e-mail: tccardoso1@gmail.com

2 Professora da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em História. e-mail: l.caselli.anzai@terra.com.br

RESUMEN: La producción cartográfica del período colonial de Brasil fue de gran importancia para concentrar y informar el conocimiento geográfico sobre las posesiones portuguesas en América, dando subsidios para la sustentación de las políticas del Reino de Portugal para hacer la explotación económica, la efectiva ocupación de la tierra y la expansión de los límites de la colonia. La diversidad de los documentos cartográficos producidos en este periodo, resultante de los distintos objetivos de elaboración de estos mapas, del nivel de especificación de las informaciones y de la propia forma de presentación de los mapas, he permitido la identificación de cuatro categorías tipológicas, que son caracterizadas y analizadas en este artículo: Mapas exploratorios de reconocimiento; Mapas exploratorios para la ocupación y la defensa; Mapas de afirmación de la posesión de la tierra y mapas de expansión de las fronteras.

Palabras clave: Cartografía Colonial. Brasil Colonia. Mapas.

Todos reconhecem a grande facilidade que dão as cartas geográficas para a inteligência das histórias, e todos sabem que juntas às cartas, a narração compõe o seu mais nobre ornato; mas nem todos reconhecem o grande trabalho e o largo tempo de que se necessita para a fábrica delas.³

Manoel de Azevedo Fortes, 1722

Representar o espaço terrestre, evidenciando características de áreas de vivência, de territórios conquistados ou almejados, constituiu uma forma de expressão e comunicação presente na humanidade em diferentes fases de sua trajetória. Assim, as representações de caráter espacial presentes nos paredões rochosos das trilhas ou dos abrigos das populações primitivas, classificadas como pinturas rupestres, conformam os primeiros traços cartográficos, riscos que resumem informações, reais ou imaginárias, sobre ambientes e seu entorno. Esses esboços cartográficos encontrados em sítios arqueológicos evidenciam também detalhes do cotidiano de povos primitivos que habitaram ou passaram por esses locais, em movimento nômade; indicam rotas de deslocamentos, cenas de caças, rituais, crenças e temores, detalhes que, como nos mapas modernos, apresentam também a função de comunicar graficamente dados e informações julgadas importantes, em dimensões reduzidas dos objetos representados.

Em temporalidades diversas, frente aos interesses e necessidades de diferentes sociedades, a cartografia assumiu características e desenvolveu facetas específicas. Conquistas territoriais, guerras, comércio, planejamento ocupacional e outras atividades sempre contaram com o auxílio norteador dos mapas. Mapas, pois, serviram de ferramentas objetivas para a projeção de ações; a partir de sua leitura e interpretação em diferentes contextos históricos, foram relatórios visuais poderosos, e as dimensões e escalas utilizadas serviram aos interesses do momento. Por essa dinamicidade, para a análise cartográfica de mapas históricos exige-se o conhecimento das fontes utilizadas em sua constituição, os contextos e os discursos que levaram à sua produção, os códigos e representações que compõem o seu desenho. (BUENO, 2011)

Na Antiguidade, a cartografia, então designada de cosmografia, tinha como principal preocupação os estudos astronômicos e as medidas gerais da terra, ao mesmo tempo em que procurava evidenciar aspectos que fossem ao encontro dos interesses da época, como a indicação, ainda que pouco precisa, da abrangência territorial dos poderes instituídos.

3 FORTES, Manoel de Azevedo. Proêmio. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1722.

Na Idade Média, praticamente não houve avanços no campo cartográfico, e quase todos os mapas produzidos seguiram a concepção religiosa vigente, obedecendo ao mesmo padrão conferido à arte, especialmente a pintura. Assim, para Machado e Ruchkys (2011, p. 2), “durante a Idade Média praticamente não havia distinção entre cartógrafo e artista, pintar paisagens e fazer mapas eram atividades correlatas e artísticas”. O mundo, representado em mapas, obedecia a rigorosos princípios adotados pela Igreja, cuja forma idealizada inspirava-se na perfeição divina. Interessava mostrar, sobretudo, a distribuição e a ocorrência dos eventos símbolos da fé cristã.

Mudanças significativas na produção cartográfica são observadas com o advento dos tempos modernos. O mundo, ainda em parte desconhecido, precisava ser integrado ao circuito das grandes navegações, ao comércio que, cada vez mais, alcançava pontos longínquos, pouco conhecidos, como o Oriente. Enfim, havia interesse marcante por novas conquistas territoriais.

Portugal, em especial, ao utilizar instrumentos mais precisos de navegação impulsionou o expansionismo ultramarino, viabilizando o avanço comercial e o domínio de terras além-mar. Neste processo, foi de grande importância a construção das caravelas e naus, assim como a utilização de instrumentos de navegação, a exemplo do astrolábio e do quadrante.

O reino português, apesar de compartilhar das mesmas limitações teóricas e metodológicas com os demais grupos científicos contemporâneos, quanto à concepção de um modelo matemático consistente para projeção cartográfica, dedicou-se à produção de mapas, tendo obtido notoriedade nesse mister. Dessa forma, Portugal se instrumentalizava para viabilizar, a partir de cartas geográficas, suas estratégias de conquista e poder ultramarinos.

Os avanços da ciência, próprios da modernidade, particularmente no campo cartográfico embasaram saltos tecnológicos que acabaram por conferir aos mapas rigor matemático nas representações do espaço terrestre e maior exatidão nas localizações. No transcorrer desse processo, os mapas, com os recursos técnicos, com os quais contavam os cartógrafos, cumpriram seu papel no jogo político das potências colonizadoras, ao transportarem simbolicamente diferentes territórios para os salões das potências coloniais.

Debruçados sobre cartas geográficas, representantes das maiores potências coloniais podiam definir estratégias de ocupação e exploração econômica de terras longínquas, muito distantes dos locais nos quais se encontravam. Como afirma Andrade (2013, p. 3), ao

discorrer sobre a cartografia colonial do Brasil, “os mapas, especificamente, eram além de instrumentos de comunicação, preciosos artefatos para o deslocamento, localização e tomada de posse de um dado território. Cartografar significava conhecer e, normalmente, ter a possibilidade de povoar/usar”. Andrade também confirma o papel essencial representado pelos mapas no processo de colonização, em tempos de comunicações tão difíceis (Ibidem).

Portanto, os mapas, juntamente com os relatos, produzidos em formatos de cartas, diários de viagens, documentos oficiais e outras formas de registros, foram essenciais para as tomadas de decisões de caráter político-administrativo colonial. Muitas vezes, essas decisões eram determinadas por pessoas que nunca estiveram na colônia; ocupavam altos cargos na corte, mas contavam com informações privilegiadas dos governadores, que, por sua vez, contavam com desenhos de rotas que haviam sido trilhadas e registradas por experientes sertanistas, além de seu próprio conhecimento do território que governava.

CARACTERÍSTICAS E ENFOQUES DA CARTOGRAFIA COLONIAL BRASILEIRA

Os primeiros mapas sobre o Brasil no período colonial foram produzidos no século XVI. De inegável valor documental, esses mapas trazem em seu bojo as fragilidades de uma cartografia que não contava ainda com uma projeção adequada. Além disso, o conhecimento sobre as terras “descobertas” era mínimo, o que cerceava a possibilidade de apresentação de um mapeamento com informações que permitissem avaliar e planejar a ocupação da “nova terra” americana. Assim, os primeiros mapas produzidos sobre o período colonial limitaram a oferecer um quadro genérico sobre as terras da costa do Brasil.

É oportuno salientar que muitos dos mapas produzidos sobre o Brasil, no século XVI, compunham mapas *mundi*, nos quais a representação enfatizava mais o continente sul-americano, do que propriamente o Brasil. Nesses mapas chama atenção a distorção do contorno continental quando comparados aos dos mapas atuais. Importante salientar que os espanhóis, desde a primeira metade do século XVI, já ocupavam e exploravam metais preciosos em diferentes pontos da América. É notória, também, nos mapas do período, a ausência de informações sobre o interior do continente, coerente com as incursões restritas às áreas litorâneas, nas quais se explorava o pau brasil e a plantação de canaviais para os engenhos de açúcar do Nordeste.

É importante destacar que, no século XVI, a cartografia portuguesa possuía excelente reputação, motivada pelo empenho de seus cartó-

grafos e pela qualidade de seus mapas, o que atraía novos aprendizes para a profissão, expandia suas áreas de atuação, e favorecia a venda de seus serviços e de suas produções cartográficas

Em relação à importância da cartografia portuguesa no século XVI, o pesquisador Luis de Albuquerque, membro do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga de Lisboa, escreveu que:

[...] a partir do início desse século, (século XVI), proliferaram as oficinas de Cartografia em Portugal. Por vezes numa família sucediam-se os cartógrafos de mérito, pois os filhos e os netos iam aprendendo dos ascendentes a arte de desenhar cartas; podem apontar-se como exemplos as “dinastias” dos Reinei, dos Homem e dos Teixeira (esta entrando pelo século XVII) de que conhecemos belíssimos exemplares de atlas ou de mapas, na sua quase totalidade ricamente iluminados.

(REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL, n. 3. Lisboa. 1985. p. 8-9).

Na mesma perspectiva, confirmando o pensamento de Albuquerque, as pesquisadoras Maria Elena Dias e Maria Fernanda Alegria escreveram:

Desde o início da expansão, tradicionalmente marcada pela conquista de Ceuta em 1415, até à primeira metade do século XVII, Lisboa foi um importante centro cartográfico, cuja produção era referência para cartógrafos de outros países. É de Lisboa que vêm novidades da configuração de continentes e ilhas desconhecidas, cuidadosamente registradas em mapas manuscritos, uma parte dos quais era copiados, e depois impressos em outros países. (DIAS; ALEGRIA, 1994. p. 55)

No transcorrer do extenso período de dominação portuguesa no Brasil, que abrangeu aproximadamente três séculos, mudanças significativas tiveram lugar no campo político, ocupacional e econômico. Essas mudanças constituíam-se em respostas às decisões tomadas na corte, cujos reflexos conduziram seletivamente a marcha de ocupação e exploração da colônia, a expansão territorial e a redefinição dos limites do Brasil.

Nesse processo, mapas cumpriram importante papel, ao possibilitar aos governantes conhecer e avaliar algumas características das terras luso-americanas, como a ocorrência de rios navegáveis, distribuição de vilas, povoações e ranchos, áreas mineradoras, grupos indígenas e outras referências de interesse estratégico para o planejamento do

avanço e consolidação do domínio luso. Para os administradores coloniais, em especial os de sua fronteira ocidental, os mapas permitiram também o conhecimento sobre a distribuição das populações dos territórios vizinhos, assim como a localização de seus pontos de guarda e vigilância na defesa de seus interesses, no caso os da coroa espanhola.

Ressalte-se que os mapas sobre o Brasil, produzidos ao longo dos três séculos de domínio colonial, quando comparados entre si, especialmente os do início do século XVI com aqueles da segunda metade do século XVIII, apresentam expressivas diferenças em termos de acuidade técnica e especificidade dos objetos mapeados. As diferenças ocorreram como resposta a contextos específicos: o desenvolvimento de técnicas e métodos de mapeamento, aliado ao conhecimento crescente do espaço colonial; e os próprios ajustes e redirecionamento das políticas lusitanas para a ocupação da colônia.

Essas diferenças constatadas no processo de mapeamento e nos mapas produzidos sobre o Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, permitem, de forma ainda genérica, identificar distintas fases dessa produção cartográfica, que apresentamos no formato de uma classificação tipológica, com ênfase nos mapas manuscritos produzidos por cartógrafos portugueses. Apenas para o século XVI foram incluídos na análise três mapas *mundi* cujos autores não eram portugueses.

Selecionamos, para a presente análise, dez mapas, produzidos na segunda metade do século XVI, e no transcorrer dos séculos XVII e XVIII. Como a colonização do Brasil só foi iniciada, efetivamente, por volta de 1550, optou-se por não incluir mapas anteriores a essa data. O conjunto de mapas analisados está listado no Quadro 1. Para a escolha dos dez mapas da amostragem foi elaborada análise prévia em cerca de 50 cartas geográficas do período colonial.

Em relação ao século XVI, foram selecionados os seguintes documentos cartográficos: *Mapa das Capitanias Hereditárias* de 1574, elaborado por Luis Teixeira; o mapa *mundi Americae Sive Orbis Nova Descriptio, de 1579* de Abraham Ortelius; o mapa *mundi Orbis Terrae Compendiosa*, de 1596, elaborado por Arnoldus Florentinus van Langren e o mapa *mundi Typus Orbis Terrarum* de 1598, de autoria de Abraham Ortelius.

Para o século XVII, a escolha recaiu sobre os mapas: *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará*, de João Teixeira Albernaz, e o mapa *Atlas do Brasil*, de João Teixeira Albernaz II.

Para o século XVIII foram selecionados os seguintes mapas: *Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes com a situação da*

fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e a situação do destacamento de forças espanholas, elaborado por Miguel Blanco Crespo em 1767; Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas, elaborado em 1778, com a colaboração de José Joaquim da Rocha; Mapa dos Campos de Guarapuava, século XVIII, da coleção Morgado de Mateus, de autoria desconhecida e a Carta Geográfica das viagens feitas nas capitanias do Rio Negro e Mato Grosso, 1789, elaborada por José Joaquim Vítório da Costa.

A análise comparativa dos dez documentos selecionados permitiu a identificação das características de cada mapa, as afinidades e as diferenças entre os mesmos, o objetivo de sua elaboração e o papel que desempenharam no contexto em que foram elaborados. A identificação dos mapas analisados, tais como denominação, ano de elaboração, área de abrangência e os endereços de acesso digital se encontram no Quadro 1, designado “Mapas representativos do Brasil – período colonial - séculos XVI, XVII e XVIII”.

Quadro 1 - Mapas representativos do Brasil – período colonial - séculos XVI, XVII e XVIII

Nº	Título / Autoria	Ano	Abrangência	Acervo / referência
1	Mapa das Capitánias hereditárias. Luis Teixeira	1574	Litoral do Brasil até a linha do Tratado de Tordesilhas	http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Teixeira#mediaviewer/Ficheiro:Capitanias.jpg Último acesso em: 16/06/2014
2	Americae Sive Orbis, Nova Descriptio Abraham Ortelius	1579	Mapa Mundi	http://dc.lib.unc.edu/cdm/ref/collection/ncmaps/id/1105 Último acesso em: 16/06/2014
3	Orbis Terrae Compendiosa Arnoldus Florentinus van Langren	1596	Mapa Mundi	http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~1765~103940003:Orbis-terrae-compendiosa-descriptio Último acesso em: 16/06/2014
4	Typus Orbis Terrarum Abraham Ortelius	1598	Mapa Mundi	http://en.wikipedia.org/wiki/Abraham_Ortelius#mediaviewer/File:OrteliusWorldMap1570.jpg Último acesso em: 19/06/2014
5	Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará João Teixeira Albernaz I	1626	Atlas. Litoral norte e adjacências	http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart555828.pdf Último acesso em: 20/06/2014
6	Atlas do Brasil João Teixeira Albernaz II	1666	Atlas. Litoral brasileiro até a linha do Tratado de Tordesilhas	http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075.pdf Último acesso em: 20/06/2014

7	Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, dos portugueses, e a situação do destacamento de forças espanholas. Miguel Blanco Crespo	1767	Fronteira Oeste do Brasil – Rio Guaporé	http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249867/cart249867.jpg Último acesso em: 18/06/2014
8	Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas. Colaboração de José Joaquim da Rocha	1778*	Área do atual estado de Minas Gerais	http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249867/cart249867.jpg Último acesso em: 18/06/2014
9	Mapa dos campos de Guarapuava. Autor não identificado. Coleção Morgado de Mateus	17...	Sul do Brasil	http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033419.jpg Último acesso em: 18/06/2014
10	Carta Geográfica das viagens feitas nas capitanias do Rio Negro e Mato Grosso. José Joaquim Vitório da Costa	1789	Parte da Fronteira Norte e ocidental do Brasil	http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart525845/cart525845.jpg Último acesso em: 18/06/2014

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil e Barry Lawrence Ruderman, 2014. Acesso feito em 16 de junho de 2014.

CATEGORIAS TIPOLÓGICAS DOS MAPAS DO BRASIL – PERÍODO COLONIAL

A análise realizada sobre os dez mapas selecionados para este artigo permitiu a identificação de quatro categorias tipológicas: mapas exploratórios de reconhecimento; mapas exploratórios para ocupação e defesa; mapas de afirmação da posse da terra; mapas da expansão de fronteiras. Estas categorias não são excludentes e não apresentam uma temporalidade rígida; desse modo, um mapa pode ter características de duas ou mais categorias tipológicas, como também poderá haver, em um mesmo momento, mapas de categorias diferentes.

MAPAS EXPLORATÓRIOS DE RECONHECIMENTO

Esta categoria abrange mapas ou croquis, independente da escala adotada, elaborados com o objetivo de fornecer informações preliminares sobre determinada área, propiciando ao usuário condições de ter uma ideia aproximada sobre a localização e características mínimas e importantes da área mapeada. A modalidade de mapeamento é comumente utilizada até os dias atuais, como procedimento preliminar que antecede a elaboração de mapas completos e detalhados de uma área de interesse.

Os primeiros documentos cartográficos produzidos sobre as americanas tiveram caráter exploratório, apoiados na percepção inicial colhida sobre a área. O desconhecimento dos espaços mapeados, a carência de recursos técnicos e a urgência em prestar informações sobre as terras para as autoridades do reino levou a que muitos dos cartógrafos do século XVI inserissem em seus mapas informações e feições geográficas não observadas diretamente, o que era comum. Os cartógrafos recebiam informações de terceiros, muitas vezes confusas e fantasiosas, ou apoiadas em deduções, interesses e temores, o que deixava grande espaço também à imaginação.

Dentre os mapas constantes no Quadro 1, são incluídos na categoria de “Mapas exploratórios de reconhecimento” os mapas *mundi* elaborados no século XVI: *Americae Sive Orbis, Nova Descriptio*, produzido em 1579 pelo cartógrafo e geógrafo flamengo Abraham Ortelius; o mapa *mundi Orbis Terrae Compendiosa*, produzido pelo cartógrafo holandês Arnoldus Florentinus van Langren, em 1596, e o também mapa *mundi Typus Orbis Terrarum*, elaborado em 1598, por Abraham Ortelius.

A generalidade e as imprecisões constantes nesses mapas ultrapassam os limites impostos pelas pequenas escalas utilizadas, indicando o grande desconhecimento sobre as terras do “Novo Mundo”, além de dificuldades próprias da representação cartográfica no que se refere à adoção de um sistema de projeção eficiente. Assim, constata-se que, apesar dos avanços técnicos e metodológicos terem atribuído novo status à cartografia, grandes dificuldades ainda persistiam.

Os três mapas analisados apresentam em comum acentuadas deformações no que se refere à área do continente, posição e direção dos rios mapeados, inserção de ilhas inexistentes e o próprio contorno continental, apesar deste apresentar alguma similitude quando comparado ao contorno dos mapas atuais. Em relação a esses aspectos, Machado e Ruchkys (2001, p. 7) afirmam que:

[...] a matematização da representação do espaço que caracterizou a cartografia renascentista não impediu que grandes distorções fossem imputadas aos territórios das colônias ultramar. A falta de conhecimento da realidade geográfica e o imaginário alimentado por narrativas sobre esses territórios foram, por vezes, responsáveis por deformações.

Ressalte-se que, apesar dos problemas cartográficos apontados, esses mapas cumpriram um papel de suma importância para o período em que foram elaborados, informando a existência e a posição das terras americanas, as quais, por designação papal expressa no Tratado de Tordesilhas, pertenceriam à Espanha e a Portugal.

MAPAS EXPLORATÓRIOS PARA OCUPAÇÃO E DEFESA DA TERRA

A categoria “Mapas exploratórios para ocupação e defesa” refere-se aos mapas que trazem informações preliminares sobre determinada área, para atender a uma política ocupacional ou de defesa, portanto, não se notabilizam pelo rigor das informações representadas, que possuem o caráter exploratório e preliminar, mas por respaldar um propósito definido para a área.

Dentre os dez mapas selecionados para análise, três foram identificados como integrantes do rol de “mapas exploratórios para ocupação e defesa da terra”: o *Mapa das capitânicas hereditárias*, de 1574; o *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará*, de autoria de João Teixeira Albernaz I, elaborado em 1626, e o Atlas do Brasil, elaborado por João Teixeira de Albernaz II, em 1666.

O Mapa das Capitânicas Hereditárias, embora não apresente detalhes e rigor na localização dos elementos geográficos, como rios, desembocadura dos rios, baías, ilhas e mesmo o contorno fidedigno da costa, ele tem por objetivo e apresenta o plano de ocupação das terras brasileiras compreendidas entre a linha de Tordesilhas e o Oceano Atlântico, para torná-las produtivas e menos suscetíveis a ataques estrangeiros.

O *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará*, elaborado por João Teixeira Albernaz I, em 1626, foi inserido também na categoria dos “Mapas exploratórios para ocupação e defesa”, pois o mapeamento apresentado já possuía condições de oferecer algum subsídio para o processo de ocupação inicial do litoral da área mapeada, além de permitir ações estratégicas de defesa da costa. Entre outros aspectos, o mapa aponta a existência de grupos indígenas e apresenta alguns detalhes, nem

sempre precisos, sobre as feições costeiras, como ilhas, a foz de alguns rios, baías e enseadas. O diferencial desse mapa em relação aos mapas *mundi* anteriormente referidos está no detalhamento e maior precisão das informações registradas, decorrência do melhor conhecimento adquirido sobre as terras da colônia e dos próprios interesses da coroa que, naquele momento, prendiam-se à ocupação efetiva da terra e sua defesa.

Por outro lado, há também, neste mapa algumas características típicas dos *mapas exploratórios de reconhecimento*, particularmente no que tange à indicação imprecisa do percurso e extensão dos rios em direção ao interior, bem como a representação, que não condiz com a realidade, de uma extensa e contínua morraria, que se estende da faixa litorânea para o interior da colônia, até a linha do horizonte.

O *Atlas do Brasil*, elaborado por João Teixeira de Albernaz II, em 1666, abrange a área do território que se estende desde o litoral Atlântico até a linha de Tordesilhas, envolvendo, no sul, o estuário do Rio da Prata. Os mapas que compõem este Atlas trazem em sua estrutura características dos “mapas exploratórios de reconhecimento”, com maior número de informações junto ao litoral, que diminuem desaparecendo totalmente em algumas áreas; essa diminuição na quantidade de informações se dá à medida que avança para o interior, exceção feita, estrategicamente, ao longo do corredor do rio Paraná, onde as informações se adensam, com destaque para a presença de vilas e povoados.

Embora os Atlas apresentem muitas características próprias de “mapas exploratórios de reconhecimento”, definimos por sua classificação na categoria “mapas exploratórios para ocupação e defesa”, em razão dos propósitos que levaram à sua elaboração e pela presença de elementos cartográficos de subsídio às políticas da época, de defesa e efetivação da ocupação do território. Tais condições podem ser constatadas nos diversos mapas que compõem o referido Atlas, especificamente no detalhamento das paisagens litorâneas, tanto físicas como ocupacionais.

MAPAS DE AFIRMAÇÃO DA POSSE DA TERRA

Os “mapas de afirmação da posse da terra” possuem como principal característica a presença de marcas identitárias de caráter ocupacional e de poder deixadas na paisagem pelo colonizador. São símbolos que identificam o poder sobre a terra, atestando as relações até então mantidas. Entre as muitas marcas de afirmação da posse da terra, as mais comuns são: nomeações na língua do colonizador aos diferentes elementos da paisagem, tais como rios, lagos, baías, cidades, vilas, fortes, símbolos religiosos, divisão política, administrativa e eclesiástica nos moldes do colonizador e muitas outras convenções.

No conjunto dos mapas trabalhados, foram selecionados como integrantes da categoria “mapas de afirmação da posse da terra”, os seguintes documentos: *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisão de suas comarcas*, elaborado provavelmente, em 1778, com a colaboração de José Joaquim da Rocha, e o *Mapa dos Campos de Guarapuava*, elaborado também no século XVIII, por autor não identificado. O mapa integra a Coleção Morgado de Mateus.

Estes dois mapas representam adequadamente a categoria em apreço, particularmente no que se refere à toponímia adotada, rica em nomeações em língua portuguesa. A nomeação dos elementos paisagísticos na língua do colonizador representa um sinal de sua posse e de seu poder sobre a terra ocupada, apagando os nomes até então conferidos pelas populações nativas; por vezes, alguns nomes indígenas foram mantidos, porém, não com o sentido de respeito a uma toponímia já estabelecida, mas como forma de demonstrar que o novo poder recém-chegado envolvia plenamente tudo e todos os que ali se encontravam. Jorn Seemann afirmou: “os nomes nos mapas estruturam a consciência e chegam a construir ou destruir identidades” (JORN, 2005, p. 220).

Por intermédio da língua utilizada para nomear os elementos paisagísticos, valores do colonizador, relacionados às suas práticas culturais de origem, são introduzidos em suas possessões coloniais. Dessa forma, dentre as novas denominações são comuns nomes de santos, nomes e sobrenomes de determinadas pessoas ou famílias, nomes de cidades existentes no país de origem e outros. Observa-se nos mapas a valorização da religião católica, não só pela adoção dos nomes de santos, mas também pelos próprios símbolos nominados nos mapas, como figuras de igrejas, capelas ou simplesmente uma cruz para indicar cidades, vilas e povoados. Nessa mesma linha de interpretação, assim se manifesta Adriano Bittencourt Andrade:

O batismo do território, registrado na cartografia, além do papel simbólico de apropriação do espaço por quem lhe dava novo nome, legitimado pela colonização cristã, representava posse e domínio sobre o que se nomeava. Batizar o espaço desbravado significava impor sua cultura/língua ao gentio ou, em outros casos, a diferentes povos colonizadores. A cartografia assumia esse papel de revelar o espaço desbravado, mas também de identificar rios, serras, vales, baías, iguapés, vilas, aldeias, povoados diversos com toponímias portuguesas que representassem e guardassem símbolos do poder de quem colonizava. (ANDRADE, 2013, p. 5)

MAPAS DA EXPANSÃO TERRITORIAL E DEFESA DAS FRONTEIRAS

A categoria “mapas da expansão e defesa das fronteiras”, no âmbito do período colonial no Brasil, abrange a produção cartográfica elaborada com o intuito de oferecer subsídios à política portuguesa de expansão territorial ou de efetivar a ocupação das terras para garantir a defesa das fronteiras. Em geral, esses mapas não possuem um modelo definido de apresentação ou de detalhamento, variando conforme os objetivos e estratégias empregadas para fins de defesa ou expansão territorial.

Nessa categoria, dentre os mapas selecionados para esta análise, foram incluídos os seguintes documentos: *O Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e a situação do destacamento de forças espanholas*, elaborado em 1767 por Miguel Blanco Crespo e a *Carta Geográfica das viagens feitas nas capitânicas do Rio Negro e Mato Grosso*, elaborado em 1789 por José Joaquim Vitório da Costa.

Esses dois mapas têm em comum o fato de representarem a fronteira ocidental da colônia com os espanhóis, com a indicação de pontos em que haveria a presença e efetiva ocupação portuguesa nas áreas defendida como limites coloniais. A diferença principal entre eles está na escala de apresentação do mapa e, conseqüentemente, no nível de detalhamento apresentado. Nesse sentido, valem as observações dos especialistas do período, muitas vezes engenheiros cartógrafos, como Manoel de Azevedo Fortes, que em seu “*Tratado do modo o mais fácil e mais exato de fazer as cartas geográficas assim da terra como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos e sem instrumentos*”, publicado em 1722, orientava os que fossem produzir um mapa ou uma planta, de carregar consigo

[...] petipé gravado em uma régua de latão ou madeira de buxo, e nela o petipé posto em três ou quatro linhas paralelas, para que quando se gastarem os pontos de uma se possam servir de outra. O mesmo petipé se pode fazer em pergaminho, e será bom levar dois destes petipés, porque pode suceder perder-se na campanha e em parte onde não seja fácil fazer outro. Devem também levar consigo um instrumento de medir distâncias. (FORTES, 1722, p. 9-16)

O mapa relativo ao *Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, dos portugueses, e a situação do destacamento de forças espanholas* foi elabo-

rado em escala de maior detalhe, e sugeria tratar-se de uma situação tensa, que requeria atenção. O mapa evidencia, do lado português, a posição do Forte *de* Nossa Senhora da Conceição, bem como as construções ao seu redor; destaca, também, aspectos do ambiente, como a vegetação, animais de ocorrência, além do próprio rio Guaporé. Da mesma forma, ele apresenta alguns detalhes do lado espanhol, mostrando rios, aspectos da vegetação e a posição do destacamento do outro lado da fronteira. Quanto à *Carta Geográfica das viagens feitas nas capitânicas do Rio Negro e Mato Grosso*, trata-se de documento em escala mais abrangente, no qual se encontra posicionada a linha de limite da colônia, e ao longo dela indicados pontos de ocupação portuguesa, demonstrando a posse efetiva da terra.

Os mapas confeccionados na segunda metade do século XVIII provocam, muitas vezes, reações de surpresa e encantamento, por sua beleza visual, pela observação arguta dos espaços, precisão das medidas, quantidade de detalhes artísticos e cores. Isso tudo, devido às grandes dimensões do território que desenhavam e os instrumentos de aferição da época, quando comparados aos de hoje. Seguiam padrões estéticos próprios de seu tempo, mas constituíam-se em ferramentas objetivas e práticas, que deviam permitir a projeção de ações a partir de sua leitura e interpretação. Eram relatórios visuais poderosos, e as dimensões e escalas utilizadas serviam aos interesses de cada momento.

Por esse motivo, quando utilizados como fonte histórica, é preciso ultrapassar a sua beleza gráfica, pois as cartas geográficas não são neutras. Necessário se faz perseguir as fontes que foram utilizadas em sua constituição, os contextos e os discursos que levaram à sua produção, os códigos e representações que compõem o seu desenho (BUENO, 2011). Somente dessa maneira conseguiremos desvelá-los, mesmo que apenas em alguns contextos.

No caso dos mapas que apresentamos no artigo, eles formavam imagens mentais de territórios ocupados, ou não, pelos portugueses. As notícias de sertanejos, viajantes e aventureiros ofereciam informações que acabavam por se configurar em trajetos, que quando transferidos para o desenho cartográfico e incorporados a relatórios enviados a corte, se constituíam em instrumentos de domínio territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção cartográfica relativa ao período colonial do Brasil é grande, diversificada e rica em informações. Essa constatação aponta para a complexidade e dificuldades para classificá-los dentro de determinados padrões conceituais ou temporais, pois as características intrínsecas de cada mapa, muitas vezes se mesclam ou se repetem entre outros de períodos distintos, mesmo que elaborados com propósitos específicos.

Assim, a classificação que apresentamos não deve ser interpretada como rígida ou conclusiva, mas sim como um recurso metodológico auxiliar para melhor compreender a cartografia utilizada na condução das políticas de caráter ocupacional e de exploração econômica adotadas pelo reino português para sua colônia na América do Sul.

Os mapas produzidos no período colonial, inquestionavelmente, constituíram-se em primorosas fontes de informações sobre as características físicas, biogeográficas e étnicas ocupacionais das terras da América meridional, propiciando à corte portuguesa vislumbrar oportunidades de ampliar seu poder político e econômico a partir da consolidação da posse efetiva de seu território além mar. Os mapas, complementados por relatórios produzidos à época, significaram o elo de aproximação da corte e sua colônia, permitindo a definição das estratégias de domínio político e posse efetiva da terra.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luis de. A Comissão de Cartografia e a Cartografia Portuguesa Antiga. *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral* – nº 3, Série Separata, nº 166. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical

<http://www.iict.pt/imagens/166.pdf> Acesso em: 06/06/2014

ANDRADE, Adriano Bittencourt. A cartografia histórica como instrumento para análises de configurações espaciais pretéritas. O uso de mapas conjecturais. *Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis – RJ. 2013. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>. Acesso em: 02/06/2014

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (séculos. XVI-XIX). *Anaisdo. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Passado e presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. Parati, 10 a 13 de maio de 2011.

DIAS, Maria Helena; ALEGRIA, Maria Fernanda. Lisboa na produção cartográfica Portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII: o espaço e o intercâmbio. *Penélope – Fazer de Desfazer a História*, N° 13. Lisboa. 1994. Disponível em:

http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_13/13_08_DiasAlegria.pdf Acesso em: 02/06/2014

FORTES, Manoel de Azevedo. Tratado do modo o mais fácil e mais exato de fazer as cartas geográficas assim da terra como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edifícios com instrumentos e sem instrumentos. Proêmio. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1722.

JORN, Seemann. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Revista Vivência*, v. 29. Natal, RN. 2005. Disponível em: http://www.academia.edu/647642/A_TOPONIMIA_COMO_CONSTRUCAO_HISTORICO-CULTURAL_o_exemplo_dos_municipios_do_estado_do_Ceara Acesso em: 16/06/2014

MACHADO, Maria Márcia Magela; RUCHKYS, Úrsula. A América do Sul na Cartografia Renascentista. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Parati, RJ, 2011. Disponível em:

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MACHADO_MARIA_MARCIA_E_RUCHKYS_URSULA.pdf Acesso em: 14/06/2014

